

AS GARANTIAS LEGAIS PARA O ACESSO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA AO ENSINO SUPERIOR E A NECESSIDADE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA EXERCÍCIO DA CIDADANIA

BIANCA GOMES DA SILVA MUylaERT MONTEIRO DE CASTRO, SHIRLENA CAMPOS DE SOUZA AMARAL, DANIEL ANDRÉ DOS SANTOS FARIAS, OSWALDO MOREIRA FERREIRA e MARIA JOSÉ GOMES DA SILVA CASTRO

O presente trabalho, por meio de revisão bibliográfica, apresenta um estudo sobre as condições de acesso à educação ao ensino superior por estudantes com deficiência, a partir de abordagem teórica e histórica e, também, sobre as garantias legais desse direito. A fundamentação teórica reside na relação entre as diferentes concepções construídas em torno da pessoa com deficiência, os estigmas atribuídos e as perspectivas para uma educação inclusiva. Oferece, também, a análise da importância da educação inclusiva para os estudantes com deficiência, considerando que estes possuem necessidades educativas especiais que devem ser supridas para que desenvolvam suas potencialidades e permaneçam nas instituições de ensino, uma vez que além de fornecer o acesso à educação, deve-se observar as necessidades do estudante para que este não abandone os estudos. Com isso, são demonstrados os contextos jurídicos relacionados ao direito à educação do estudante com deficiência, imputando diretrizes políticas contornadas para assegurarem sua inclusão educativa, já que a regulamentação dos direitos da pessoa com deficiência só foram possíveis após a Segunda Guerra Mundial, com o advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, quando foram talhados todos os principais direitos inerentes à pessoa com deficiência, garantindo, assim, o mínimo de igualdade frente aos outros cidadãos. Noutro lado, o escopo do presente trabalho é demonstrar quais são os direitos da pessoa com deficiência, no que tange o acesso à educação, e que esses direitos possam garantir igualdade de ensino para todos integrante do processo de educação. Assim, vê-se no trabalho a participação inclusiva das pessoas com deficiência à educação, como um direito constitucional, que deve ser garantido pelo Estado, existindo normas tendentes a essa concretização. É exposto, ainda, o conteúdo legislativo para efetivação de meios que possibilitam a implementação de medidas que aperfeiçoem a acessibilidade da pessoa com deficiência à educação, tendo em vista a universalização do ensino ser um pressuposto constitucionalizado, ressaltando-se a dificuldade visível na efetivação normativa face os padrões de funcionamento dos sistemas educativos em consonância com a realidade.

Palavras-chave: pessoa com deficiência. políticas sociais. educação inclusiva na universidade.